

Território e desenvolvimento: as raízes da centralidade do Rio de Janeiro na economia nacional

Robson Dias da Silva

Introdução

O estado do Rio de Janeiro, em sua atual configuração, é um dos principais espaços econômicos do Brasil, respondendo por aproximadamente 12% do produto interno bruto nacional. Para os padrões brasileiros, possui um território exíguo,¹ no qual residem cerca de 16 milhões de pessoas e que abarca um conjunto diversificado de atividades produtivas e terciárias, algumas de considerável relevância para a estrutura econômica do país.²

A formação econômica fluminense guarda importantes singularidades que explicam, em grande medida, os desequilíbrios referentes à distribuição territorial da produção regional e à polaridade acentuada que a cidade do Rio de Ja-

Nota: Robson Dias da Silva é professor do Departamento de História e Economia da UFRRJ e doutorando do Instituto de Economia da Unicamp.

neiro exerce sobre seu interior (Davidovich, 2000). Essas singularidades são: a condição de ex-sede administrativa colonial e do país por cerca de dois séculos (1763-1960), a separação institucional ocorrida entre a cidade do Rio e o restante do atual território fluminense (1834-1975) – que conformou e reforçou acentuadas desigualdades entre as estruturas econômicas desses espaços – e, por fim, as atividades ensejadas pelo seu posicionamento geográfico, que estão diretamente relacionadas aos pontos anteriormente assinalados.

Se, por um lado, o interior fluminense se mantinha economicamente atrasado e com baixa participação no PIB nacional, por outro, a cidade do Rio foi se consolidando como um dos principais centros econômicos e políticos do território brasileiro, experimentando ampla modernização de sua estrutura urbano-produtiva. Na divisão regional do trabalho, à antiga Província Fluminense cabia o papel de produtora agrícola, enquanto a cidade do Rio se especializava em setores econômicos estritamente urbanos (Melo, 1996 e 2001).

Assim, enquanto a Província Fluminense enfrentava dificuldades inerentes à derrocada da atividade agrícola e à crescente concorrência vinda de outras regiões, tais como São Paulo e Minas Gerais, a cidade do Rio usufruía condição singular que contribuiu decisivamente para a consolidação de sua “centralidade” na economia nacional.³

O presente artigo assinala as linhas gerais do processo de formação econômica da região fluminense até a década de 1920, destacando alguns determinantes da inserção regional nos fluxos econômicos brasileiros. Seu objetivo é melhor subsidiar o entendimento acerca da posição “central” da cidade do Rio de Janeiro dentro da estrutura produtiva fluminense e nacional.

1. Antecedentes da inserção do Rio de Janeiro nos fluxos da economia brasileira

A inserção do território compreendido pelo atual estado do Rio de Janeiro na estrutura econômica brasileira só ganhou maior dinamismo a partir do século XVIII, período marcado por importantes transformações urbanas no Sudeste brasileiro. A dinâmica dos setores de mineração e agrícola contribuiu em larga escala para a constituição de vários núcleos de povoamento no território fluminense, tanto em sua parte litorânea, onde a atividade portuária se destacava, quanto em seu interior, em localidades próximas às rotas de conexão das regiões mineradoras às sedes portuárias.

A expansão da atividade portuária, a cultura de cana-de-açúcar e, futuramente, o fato de ser sede administrativa atuaram na consolidação do núcleo urbano existente às margens da baía de Guanabara. No interior fluminense, por

sua vez, surgiram vários núcleos de povoamento estimulados pela atividade econômica nas *Geraes*. Vale acrescentar que outros povoados foram constituídos no território fluminense, inicialmente, sob a dinâmica da pecuária extensiva que veio a ser substituída pela cultura de cana-de-açúcar e a produção de aguardente.

O advento da atividade mineradora direcionou a dinâmica econômica da Colônia do Nordeste para o Sudeste, tornando necessário o planejamento logístico e a melhoria da infra-estrutura existente, com vistas ao desenvolvimento e à fiscalização da produção. Este cenário explica em boa medida as motivações que ensejaram a transferência da capital administrativa da Colônia de Salvador (BA) para a cidade do Rio de Janeiro, em 1763. Nessa época, o território fluminense já havia se consolidado como importante região portuária para abastecimento dos navios que faziam a defesa do litoral Sul da Colônia.

A transferência da capital incrementou a concentração econômica em território fluminense, ao passo que a expansão da produção canavieira havia possibilitado a estruturação de uma economia agroexportadora nas terras vizinhas à baía de Guanabara, tendo o açúcar e a aguardente como seus principais produtos.

A partir de então, a região foi adquirindo papel de destaque e centralidade no cenário brasileiro. As origens desse processo passam pelo fato de a região ter usufruído a vantagem de sediar a principal base de exportação existente à época em território brasileiro, e também pelo fato de ser a sede administrativa colonial. Como assinala Cano (1998: 259),

tendo em seu porto marítimo a principal porta de entrada e saída dos mais importantes fluxos da atividade mineradora do século XVIII, e da cafeeira no século XIX, e passando, também, a ser sede do governo central a partir de 1763, a Guanabara certamente usufruiu parte importante do excedente gerado por tais economias, assim como se beneficiou de boa parcela do gasto público.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil (1808) foi um importante divisor de águas da nossa história. À cidade do Rio, em particular, resultou em significativas transformações de ordem social, urbana e econômica, derivadas dos diversos investimentos realizados em seu exíguo espaço físico. Assinala-se que, após alguns anos da instalação da corte em solo carioca, a cidade do Rio de Janeiro foi elevada à condição de capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Segundo Cano (2002: 50), a transferência da corte sinalizou para o Brasil a antecipação do “processo de independência: a liberalização dos portos e a liber-

dade de comércio e da indústria praticamente liquidavam o estatuto colonial”. O autor enfatiza, além disso, que “a criação do primeiro banco e o incremento na circulação monetária” reforçaram o processo, já em andamento, de formação de uma burguesia nacional que posteriormente, e com apoio do Estado, promoveria a reinserção do país nos fluxos de comércio internacional, através do café. No mesmo sentido, Furtado (2000: 119), em sua clássica obra *Formação econômica do Brasil*, destaca que “a etapa de gestação da economia cafeeira é também a de formação de uma nova classe empresária que desempenhará papel fundamental no desenvolvimento subsequente do país”.

Esse novo cenário fomentou uma profunda reorganização urbana e econômica da região fluminense, notadamente de sua porção carioca. O Rio de Janeiro se consolidava como espaço de atração de fluxos demográficos e capitais. Não somente a economia, mas a política, as manifestações culturais, o cotidiano nacional enxergavam a cidade do Rio de Janeiro como espaço de excelência.

Com a chegada da corte, houve melhoria progressiva da infra-estrutura urbana e concentração de uma malha de serviços que atendia a nova urbanização territorial. Por outro lado, a quebra do exclusivo metropolitano e a abertura dos portos às nações amigas imprimiram maior dinamismo econômico à cidade, resultando na intensificação das suas atividades comerciais e financeiras.

Abreu (2006: 35), ao analisar a estrutura e a evolução urbana carioca, assinala que “só a partir do século XIX é que a cidade do Rio de Janeiro começa a transformar radicalmente a sua forma urbana e a apresentar verdadeiramente uma estrutura social estratificada em termos de classes sociais”. O autor também ressalta a importância da vinda da família real para a conformação do processo de urbanização do Rio:

(...) a vinda da família real impõe ao Rio uma classe social até então praticamente inexistente. Impõe também novas necessidades materiais que atendam não só os anseios dessa classe, como facilitem o desempenho das atividades econômicas, políticas e ideológicas que a cidade passa a exercer. (Abreu, 2006: 35)

Esses acontecimentos permitiram à cidade do Rio experimentar considerável crescimento econômico-social em meio ao cenário de desarticulação vivido pela economia brasileira desde a falência da chamada economia do ouro. Os diversos “surto manufatureiros” ocorridos na cidade entre, *grosso modo*, a chegada da corte e a Proclamação da Independência (1822) são evidências da situação singular da economia carioca (Pignaton, 1977: 142).

2. A cafeicultura fluminense: expansão, auge e crise

A cafeicultura foi a mais importante etapa da economia brasileira antes de sua industrialização, possibilitando sua reinserção (mais expressiva) nos fluxos do comércio mundial. A trajetória do café foi marcada por mudanças substanciais na estrutura econômica do país e, especialmente, no território das regiões produtoras e/ou exportadoras.⁴

Destaca-se que foi em terras fluminenses que a cafeicultura teve sua primeira etapa de sucesso como atividade central do modelo agroexportador brasileiro. Segundo Cardoso de Mello (1998: 56-59), esse território apresentava quatro condições necessárias para o sucesso da atividade cafeeira: existência de uma burguesia detentora de capital-dinheiro, existência de terras aptas, disponibilidade de mão-de-obra e, por fim, existência de demanda externa pelo produto.

Assinala-se que a chegada da família real acelerou a formação da burguesia nacional. No tocante à disponibilidade de terras, a porção fluminense do Vale do Paraíba mostrou-se, a princípio, propícia à cultura. A “questão da mão-de-obra” foi resolvida pela adoção da forma escravista de produção e, por fim, a demanda externa do café era preexistente, sendo “alargada” pelo rebaixamento dos preços, resultante da grande oferta brasileira do produto, o que, diga-se de passagem, possibilitou a “generalização” de seu consumo.

A cafeicultura se instalou em território fluminense em fins do século XVIII e teve seu apogeu entre as décadas de 1820 e 1870, quando o Rio tornou-se o maior produtor (e exportador) mundial. A produção cafeeira seguiu, em boa medida, os caminhos da lavoura canavieira, em princípio como cultura complementar. Posteriormente à elevação dos preços internacionais, ganhou *status* e se expandiu pela região serrana fluminense. (Melo, 1992 e 1996). Para Lessa (2000: 103), a cafeicultura teve papel de suma importância na organização e integração fluminense, ao “injetar densidade econômica no interior”.

Os efeitos da cafeicultura em território fluminense devem ser analisados levando-se em conta que os espaços “carioca” e “fluminense” foram separados institucionalmente em 1834. Nesse ano, via ato imperial, a cidade do Rio foi elevada à condição de município-neutro, ao passo que o estado homônimo (todo o interior fluminense) passou a ter sua capital sediada à margem oriental da baía de Guanabara, no município de Niterói.

As duas principais conseqüências dessa separação são: 1) a delimitação oficial do raio de alcance dos gastos públicos, agindo no sentido de acentuar as desigualdades infra-estruturais⁵ existentes entre a “cidade” e o “restante”; 2) pensando em termos de divisão espacial do trabalho, restou à velha província fluminense o papel de produtora primária, através de culturas executadas em la-

tifúndios escravistas. À cidade-capital imperial couberam as funções burocráticas de sede administrativa e de espaço abarcador da estrutura urbana de serviços, originada para dar suporte à comercialização e ao financiamento da atividade agromercantil.

Essa última consequência refletia, no espaço, a hierarquia existente entre os capitais mercantil e produtivo. Cardoso de Mello (1998: 56) explica a relação entre esses capitais, atestando que “a economia mercantil-escravista cafeeira é obra do capital mercantil nacional”, pois esta forma de capital se metamorfoseava em “capital-dinheiro”, necessário à implantação da produção mercantil-escravista. No mesmo sentido, Oliveira (1982: 37) afirma que a produção se dava no “campo”, mas as decisões políticas de financiamento e de comercialização ocorriam na “cidade”, havendo clara predominância do urbano sobre o rural, pois a produção agrícola estava subordinada à atividade mercantil, e não o contrário.⁶

Podemos afirmar que a centralidade fluminense na estrutura econômica brasileira tem suas raízes na etapa da economia do ouro nas *Geraes*, que tinham nos portos do litoral fluminense sua principal base de apoio logístico. No entanto, a consolidação definitiva do Rio de Janeiro (município neutro e província fluminense, em graus diferentes) como espaço central da economia nacional se deu ao longo do século XIX em função do desenvolvimento da atividade cafeeira regional. O café transformou o Rio em sede principal do capital mercantil e, logo a seguir, do capital financeiro, além de fortalecer sua centralidade no que dizia respeito às decisões políticas do país.

Toda essa grande dinâmica, muito embora tenha efetivado a região fluminense como “central” para o cotidiano nacional, trouxe como marca indelével o aprofundamento das desigualdades intra-regionais, ou seja, acentuou em grande medida o fosso que diferenciava as estruturas econômicas “carioca” e “fluminense”.

A introdução das estradas de ferro, ocorrida a partir da segunda metade do século XIX, não foi capaz de criar no interior fluminense espaços urbanos com estrutura semelhante à observada na cidade do Rio. Pignaton (1977: 141) chama a atenção para o fato de que a introdução da ferrovia acentuou a força centralizadora da cidade do Rio de Janeiro perante o “interior fluminense”, remodelando a estrutura de importância das cidades dessa porção territorial através de novas posições na divisão regional do trabalho.⁷

Em meados do século XIX, a lavoura exportadora era a grande fonte de divisas da província fluminense, especializada na cafeicultura, embora, segundo Leopoldi (1986: 54), também grande produtora de açúcar. No entanto, a atividade cafeeira regional estava envolta por fortes problemas estruturais, que podem ser sintetizados em dois eixos: a) a organização da produção no modo escravagis-

ta, que culminara em restrição de mercado, freio à acumulação, altos custos fixos e imobilizados etc.; b) a falta de terras propícias ao cultivo e em quantidades necessárias ao atendimento da demanda.

Esses problemas resultaram em elevação dos custos de manutenção da atividade para o atendimento da crescente demanda, que se explica pela pouca oferta de terras virgens propícias ao cultivo e pela elevação dos custos da mão-de-obra escrava, especialmente observada no período posterior à proibição do tráfico negreiro, em meados do século XIX. Cano (2002: 50) assinala que, “ao se instituir como escravista e não superar essa condição, o café do Vale do Paraíba assinava seu próprio atestado de óbito”.

A cidade do Rio de Janeiro conseguia incrementar sua dinâmica econômica através da estrutura de comercialização da produção cafeeira de diversas regiões, da expansão e modernização do setor financeiro e, especialmente, pelo fato de sediar um componente “autônomo”: o gasto público.

A produção cafeeira fluminense e de outras regiões do Sudeste brasileiro tinha o porto do Rio como seu principal centro de comercialização, o que permitia a contínua conformação do caráter comercial da economia “carioca”. Em meados do século XIX, o café era responsável por pouco mais de 40% das exportações brasileiras. Soares (*apud* Melo, 1992) afirma que 79% do café embarcado pelo porto do Rio, nos anos 1850, procediam da província do Rio de Janeiro, enquanto o restante originava-se de São Paulo (11%), Minas Gerais (8%) e Espírito Santo (2%).

Taunay (1943: 178) informa que as comissões, fretes e carretos absorviam cerca de 40% do valor da saca de café. É imprescindível sublinhar que a cafeicultura fluminense também foi importante fonte de recursos para o Tesouro Nacional. Melo (1992: 282) aponta que em 1890 “o café propiciava o grosso das rendas públicas tanto dos estados produtores como da união”. Nesse mesmo ano, a atividade representaria “cerca de 70% das receitas da província fluminense, caindo para patamares próximos aos 30% nos anos posteriores”.

Destaca-se que ao capital comercial, cada vez mais forte, estava associado o capital financeiro, promotor da estrutura de financiamentos não apenas à cafeicultura, mas também aos serviços e à futura indústria que ali se instalaria. Pignaton sintetiza a posição carioca frente às outras economias regionais:

A cidade do Rio de Janeiro era a metrópole da região, mantendo sob sua dependência as áreas cafeeiras e suas cidades. Na capital encontrava-se o mercado de escravos e de produtos importados, o porto, a administração pública e um centro consumidor de artigos de subsistência. (Melo, 1992: 141)

Para Melo (2001: 224) a constituição de um forte centro financeiro na localidade devia-se mais às funções burocráticas do que às atividades mercantis. “Essa função (centro financeiro), antes de ser uma consequência da economia exportadora, esteve vinculada às funções burocráticas exercidas pela cidade como capital da Colônia e do Império”. Assinala-se, no entanto, que inexistiu, na fase inicial da cafeicultura fluminense, “qualquer sistema formal de financiamento bancário. Fornecendo crédito pessoal ao plantador, atuava a figura da casa comissária” (Lessa, 2000: 112).

O auge da produção cafeeira fluminense ocorreu durante a década de 1870, muito embora estivesse operando a custos crescentes. Cano (2002: 51) afirma que

a ausência de um sistema financeiro, a subordinação que o capital mercantil exercia sobre esse café e a pressão violenta de seus custos econômicos abreviaram a agonia da cafeicultura fluminense. Sua fase áurea de expansão (...) fez-se a custos crescentes. E a concorrência encarregou-se do resto.

TABELA 1
PRODUÇÃO EXPORTÁVEL DE CAFÉ POR REGIÃO (EM MIL SACAS)

Média anual	SP		RJ		MG		ES		Total	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
1876-80	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100,0
1881-90	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	250	4,3	5.764	100,0
1891-00	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100,0
1901-10	9.252	68,0	995	7,3	2.772	20,4	579	4,3	13.598	100,0
1911-20	9.306	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.264	100,0
1921-30	11.131	66,5	945	5,6	3.445	20,0	1.210	7,2	16.731	100,0

Fonte: SP, RJ e MG: Taunay (1943) e Fraga (dados ajustados aos de Taunay); ES: Rocha e Cossetti (*apud* Cano, 2002).

Vale destacar que a produção cafeeira havia migrado, durante a segunda metade do século XIX, para São Paulo – atingindo o Oeste Paulista –, para a Zona da Mata de Minas Gerais e para o território capixaba. A partir dessa década, a produção fluminense começou a perder importância relativa na produção nacional, sendo, em pouco tempo, superada por suas concorrentes. A partir do fim da década de 1870, a produção paulista sofreu expressivo acréscimo (tabela 1), superando a fluminense. A cafeicultura de São Paulo operava a custos decrescen-

tes e dentro de um esquema de produção que logo se consolidaria em bases de produção não-escravista, formando então o “Complexo Cafeeiro Paulista”.

De 1890 em diante, a cultura cafeeira fluminense perdeu, continuamente, participação na produção nacional. Dos quase 2,2 milhões de sacas colhidas entre 1881-1890, a produção da região caiu para novecentas mil no decênio seguinte, tornando-se então a terceira maior do Brasil. Na década de 1920, a produção regional foi superada pela capixaba, além de ter se distanciado, em larga escala, da paulista e mineira. Assim, em pouco mais de meio século a produção local deixou de representar 52% do total produzido pelo atual Sudeste brasileiro, para responder por tão-somente 5,6% desse montante.

Finalizando, destaca-se que os efeitos da derrocada cafeeira só não se fizeram mais sombrios para a região fluminense porque ao longo do século havia se constituído, em solo carioca, a mais moderna economia urbana do país. Sobre isso, Cano (2002: 53) afirma que “a urbanização do Rio de Janeiro, a estrutura da comercialização do café, o fato de ser a sede do Governo Central e de que seu porto era o principal do país, evitaram que a derrocada econômica da região fosse ainda maior”. O autor salienta que os efeitos da derrocada foram inicialmente atenuados devido ao fato de que

as regiões cafeeiras do Espírito Santo, do Vale do Paraíba paulista e de parte de Minas Gerais ainda permaneceram por muitos anos como tributárias do comércio, das finanças, do transporte, do Estado e do porto do Rio de Janeiro, transferindo a essa região, portanto, parte de seu excedente. (Cano, 2002: 53)

3. O crescimento industrial no Rio de Janeiro até os anos 1920

O conjunto formado por atividades portuárias, mercantis, financeiras e agrícolas marcou não somente a intensidade, mas também o padrão de urbanização do Rio de Janeiro. A concentração dessas atividades permitiu ao Rio de Janeiro ter posição de vanguarda no que diz respeito à atividade industrial brasileira em escala mais organizada.

A dinâmica urbana regional foi incrementada ao longo do século XIX, e no período 1800-1900, a população da região cresceu pouco mais de 12 vezes, enquanto a nacional expandiu-se cerca de oito vezes (tabela 2).

Lessa (2000: 157) descreve a formação urbana carioca, no século XIX, como detentora de condições e características por vezes antagônicas e/ou inacabadas. Em suas palavras, “o desenvolvimento do Rio no século XIX plasma uma

peculiar anatomia social que combina traços fortes da sociedade colonial com inovações derivadas da urbanização”. O autor enfatiza, ainda, o considerável peso da população escrava – essencialmente em serviços domésticos – e do contingente de pobres livres não-assalariados como traços gerais do “mercado de trabalho” local da época. Estes subsistiam, em grande parte dos casos, como artesãos, autônomos e prestadores de serviços tanto domésticos quanto ligados à logística urbana.

TABELA 2
POPULAÇÃO BRASIL, CIDADE E ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(1800-1920 % ANUAL)

Ano	Brasil*	%	Cidade**	%	Estado**	%
1800	2,3	–	43	–	–	–
1850	8,0	2,5	181	2,9	–	–
1872	10,1	1,0	275	1,9	1058	–
1890	14,3	1,9	523	3,6	1399	1,5
1900	17,3	2,0	691	2,8	1737	2,3
1910	23,2	2,9	905	2,7	2112	1,9
1920	30,8	2,9	1158	2,5	2717	2,2

Fonte: IBGE, Anuário estatístico (apud Melo, 2001).

Legenda: * em milhões ** em milhares.

Linhares e Levy (1971) mostram que, em 1849, 48,8% da população carioca eram compostos por escravos e, em 1872, esse percentual caiu para 18,3%. Essa redução relativa foi resultante da transferência de negros para a cafeicultura fluminense e pelo aumento do número de imigrantes europeus – especialmente portugueses – residentes na cidade.⁸

A urbanização não associada a um processo de industrialização impossibilitou a criação, no Rio de Janeiro, de um proletariado urbano, tal como nos países centrais.

Nos países centrais a progressão da Revolução Industrial destituiu o artesão e constituiu o proletariado urbano. A urbanização do Rio de Janeiro enquadra-se no mundo da Revolução Industrial, porém, sem industrialização, não constituiu o assalariado característico do capitalismo industrial (Lessa, 2000: 157).

No entanto, assinala-se que ter sido urbanizada sem industrialização “não significou a ausência de pequenas manufaturas, voltadas para o mercado lo-

cal, nem de alguns poucos estabelecimentos industriais orientados para o mercado nacional coberto pela rede de cabotagem” (Lessa, 2000: 170).

A partir dos anos 1880, a produção cafeeira fluminense passou a apresentar claros sinais de perda de produtividade, em função dos seus problemas estruturais. Leopoldi (1986: 56) destaca que já vinha de algum tempo a pressão, por partes dos fazendeiros fluminenses, por “ajuda à agricultura”, que, como sabido, operava a custos crescentes.

Apesar dos entraves do principal setor da economia fluminense, a cidade do Rio conseguiu manter sua dinâmica, muito em razão de sua posição central para a economia do país. Exemplo disso é o seu setor comercial: a perda de fôlego do setor primário não o atingiu no primeiro instante, pois além de ser diversificado, era tributário de outras regiões agrícolas do Sudeste brasileiro. Devemos considerar, além disso, que naquele momento o Rio era a principal praça financeira do país, abarcando a única bolsa de valores, assim como as sedes dos mais importantes bancos nacionais e estrangeiros.

Já apontamos que a cidade do Rio era o espaço por excelência do gasto público. A condição de capital administrativa do país possibilitava-lhe usufruir um “componente autônomo” muito importante para a sustentação de sua renda. A título de ilustração, destacamos os dados contidos na tabela 3, referentes à razão entre receita pública e população residente em territórios diversos. Como visto, ainda que a população da cidade do Rio de Janeiro (ex-DF) fosse inferior à paulista, sua receita pública *per capita* era superior, e excedia em larga escala a de sua vizinhança direta (o antigo estado do Rio de Janeiro) e a de Minas Gerais.

TABELA 3
RECEITAS PÚBLICAS *PER CAPITA* (EM MIL-RÉIS)

Ano	ERJ	ex DF	SP	MG
1907	7.694	32.656	17.825	5.600
1910	7.690	56.189	13.290	4.945
1915	9.212	39.631	20.389	7.321
1920	13.694	49.355	37.954	9.489

Fonte: Melo (2002: 225)

A atividade industrial fluminense era muito incipiente até os anos 1850. Em sua estrutura destacavam-se pequenas fábricas que atendiam o mercado local. Por outro lado, a partir dos anos 1870, “a expansão industrial seria qualitativamente diferente dos surtos manufatureiros anteriores”, em virtude do uso pre-

dominante de trabalhadores livres e assalariados e máquinas movidas à força motriz (Pignaton, 1977: 144).

Desde então, esse setor ganhou maior importância na estrutura econômica nacional, passando a sediar os mais modernos setores fabris. Iniciou-se, na região, o processo de implantação de grandes indústrias têxteis, que se diferenciavam profundamente das unidades fabris ali localizadas, seja por sua dimensão física, seja pelo capital investido, seja pela utilização de trabalho livre e assalariado nas suas linhas de produção. Sua importância pode ser medida pelos seguintes números: respondia, em 1889, por 9,6% dos estabelecimentos fabris, bem como por 60% do montante de capital aplicado na indústria nacional. A título de comparação, a segunda indústria no *ranking* (a alimentícia) respondia por 29,7% e 15,6%, respectivamente (Pignaton, 1977: 145). Melo e Considera (1986: 112) avaliam que a dupla “maquinização e modernidade” possibilitava a este setor atuar em mercados extraterritoriais, ou seja, a extensão de seus mercados consumidores ia além das fronteiras locais, atendendo todo o país.

Se a cidade do Rio conseguira manter sua dinâmica expansiva, o interior fluminense sofria uma profunda desarticulação econômica resultante da *derrocada* de sua principal atividade. Até 1864, o financiamento da cafeicultura fluminense era realizado pelas casas bancárias que tinham nos comissários seus clientes privilegiados (Tannuri, 1981: 24). Nesse ano, sob os efeitos de uma forte crise, várias casas bancárias faliram, o que diminuiu sua participação e importância no sistema bancário nacional.

Por sua vez, os bancos ingleses ganharam maior participação nas negociações financeiras locais, especialmente naquelas ligadas ao comércio exterior. Assim, o sistema financeiro passou a se polarizar entre os bancos estrangeiros e o Banco do Brasil, fechando-se paulatinamente uma válvula de financiamento da cafeicultura local, ainda que fosse, como lembra Tannuri, uma opção a custos altos.

Pelo lado do capital mercantil-financeiro carioca, entendemos que, sendo concentrado, via na derrocada da cafeicultura uma redução de portas para seus investimentos, fazendo dos títulos da dívida pública uma fonte segura para suas aplicações. Pelo lado do governo, havia a preocupação com a situação de baixa liquidez da economia, que se agravava com a crescente urbanização e diversificação produtiva e de negócios, com o aumento do assalariamento da mão-de-obra (especialmente após o fim do tráfico negreiro), com a entrada de imigrantes estrangeiros, e com o uso mais racional e intensivo de novas tecnologias em algumas indústrias.

Assim, se por um lado o já concentrado capital mercantil-financeiro carioca, em meio à crise da cafeicultura local, via nos títulos públicos uma fonte de

investimento de menor risco, por outro, o governo via na sua emissão uma forma de aumentar o meio circulante da economia.

Nos anos 1880 o Brasil passou por uma série de transformações políticas e econômicas, com especial destaque para a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889). Nessa década, a cambaleante cafeicultura da porção fluminense do Vale do Paraíba sofreu um duro golpe: parte de seu imobilizado (escravaria) perdeu a liquidez, agravando ainda mais a situação financeira.

É preciso destacar que o Império brasileiro, em seus últimos anos, não atentou para a necessidade de reformas institucionais (especialmente financeiras) que atendessem “a presença monetária do salário e o grande aumento do volume de negócios”. Oliveira (2003: 51) destaca que foi

entre o último ano do período imperial e o advento da República que as bases para a expansão industrial se sedimentaram, principalmente por força das reformas monetárias instauradas em 1888 – iniciando o período denominado de *encilhamento* –, que criaram condições para a expansão industrial. (...) a reforma monetária realizada pelo último gabinete imperial expandiu a base monetária do país (...). Esta política se estendeu pelo início do período republicano, uma vez que sua continuidade foi garantida por Ruy Barbosa, primeiro ministro da Fazenda no Brasil República. Com isso, a maior disponibilidade de dinheiro no mercado, ao mesmo tempo em que gerava uma intensa especulação, acabava também permitindo uma grande acumulação do capital industrial e financeiro.

Levy (1994: 203) ressalta que, se por um lado esse viés expansionista auxiliaria os setores em dificuldades da economia fluminense, por outro era uma tentativa de aumentar a liquidez da economia para tornar possível a industrialização do país. Assinala, também, que essa política acabou por incrementar o movimento de transações financeiras, que foi adquirindo, continuamente, dimensão e contornos especulativos que se prolongaram até 1892.

Durante o *encilhamento*, a cafeicultura fluminense “desceu” de sua fase áurea, e o setor mercantil-financeiro local foi “empurrado” a diversificar seu portfólio de investimentos, o que determinou a aquisição de ações de diversos empreendimentos industriais, especialmente a partir da reativação do mercado acionário no ano de 1889. No Rio de Janeiro, as opções de investimento eram mais diminutas do que as da praça paulista, que, em razão de sua agricultura, expandia e diversificava as possibilidades de inversão produtiva (Tannuri, 1981: 66).

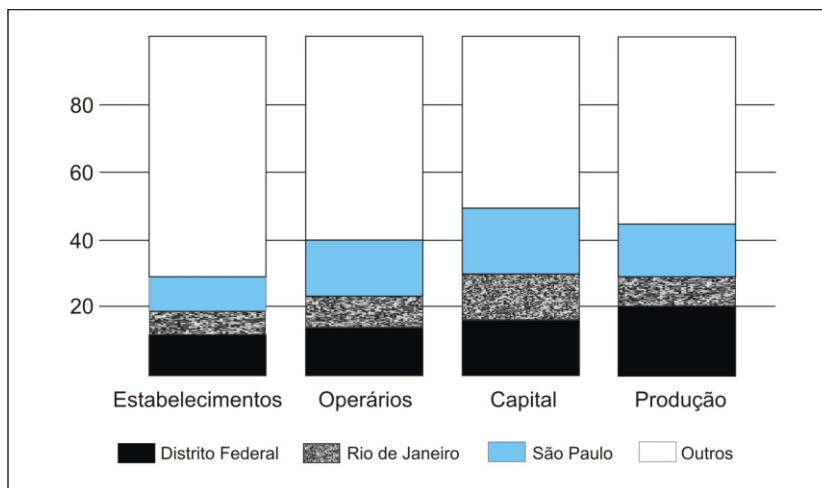
Para Lobo (1978: 158-9), o encilhamento correspondeu a um período propício ao crescimento industrial no Rio. O autor também destaca que há uma nova correlação de forças na estrutura do poder nacional, que a Bolsa de Valores passou a “servir de instrumento de canalização do capital para a indústria” e que a nova lei das sociedades anônimas facilitava a constituição de empresas industriais.

É preciso assinalar que a expansão industrial fluminense no fim do século XIX foi auxiliada pela política de financiamento industrial por parte do governo (realizada via emissão de bônus) e pela situação cambial da época, que possibilitou a alguns setores a conversão de recursos financeiros em ativos reais.

3.1. A indústria fluminense nas primeiras décadas do século XX

Nos anos iniciais do século XX, a cidade do Rio de Janeiro (elevada à condição de Distrito Federal desde 1989) sediava a mais importante praça industrial do país, com setores como o têxtil, de metalurgia, de alimentação e de química. Em 1907, respondia por quase 30% da produção manufatureira do país, seguida por São Paulo com seus 16,1% (gráfico 1). Se considerarmos a produção da antiga província fluminense (7,7%), a região do atual estado do Rio de Janeiro respondia por quase 38% do montante nacional.

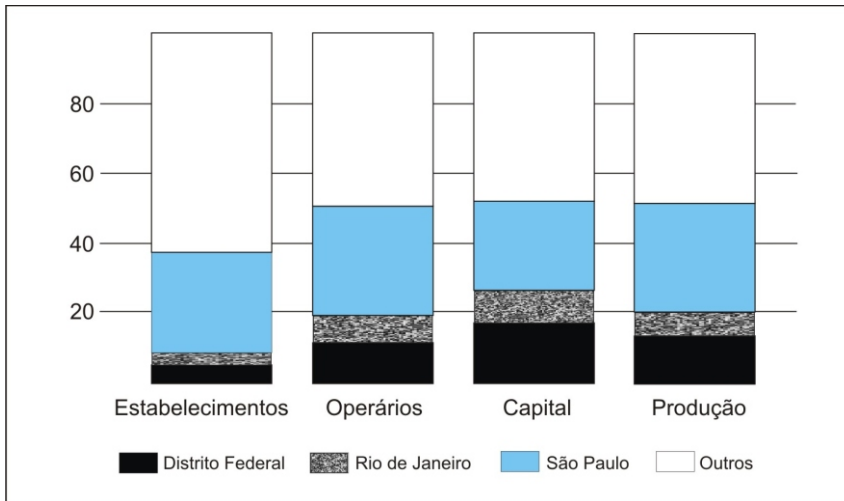
GRÁFICO 1
PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA: 1907 (EM %)



Fonte: Censo Industrial (*apud* Pignaton, 1977).

Os percentuais apresentados entre os censos de 1907 e 1919 demonstram nitidamente a perda de importância relativa da indústria fluminense frente à concorrente paulista. Em 1919 as taxas percentuais da região atingiram os 22,3% e 6,2%, respectivamente (gráfico 2).

GRÁFICO 2
PARTICIPAÇÃO REGIONAL NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL: EM 1919 (EM %)



Fonte: Censo Industrial (*apud* Pignaton, 1977).

A estrutura produtiva fluminense era bem diversificada, muito embora fosse muito concentrada em dois setores (têxteis e alimentação) que respondiam, em 1907, por 47,3% do valor da produção da indústria regional. Destacavam-se, ainda, as indústrias químicas e de vestuário, com 9,4% e 15,9%. Em 1919, a participação dos setores têxtil e de alimentação (em conjunto) na produção industrial saltou para 58,5%, enquanto os percentuais referentes à química e ao vestuário foram para 6,6% e 17,5%, respectivamente.

Os motivos e determinantes que explicam a perda da liderança na produção industrial do Rio de Janeiro para São Paulo são variados e constituem o alvo de importantes esforços analíticos. Foge ao escopo deste trabalho debater o assunto com maior profundidade, cabendo tão-somente o breve destaque de algumas linhas de raciocínio sobre o assunto.

Para Pignaton (1977), a superação paulista deve ter ocorrido principalmente entre 1909 e 1913, devido ao aumento de sua capacidade para importar, à

entrada de capitais externos e ao aumento nas exportações de café e de borracha. Versiani (1993: 79) aponta na mesma direção, enfatizando a importância da reforma tributária de 1900 para o crescimento da indústria paulista. Na verdade, em 1907 a indústria paulista já passava por uma fase de expansão, contemporaneamente associada à reforma tributária de 1900.

TABELA 4
ESTRUTURA INDUSTRIAL DA CIDADE DO RIO
(VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO %)

Setor	1907	1919
Têxteis	20,6	20,6
Fiação e tecelagem	19,8	19,5
Couros e peles	0,6	1,6
Madeiras	6,3	3,0
Metalurgia	6,6	5,3
Cerâmica	2,2	1,4
Produtos químicos	9,4	6,6
Alimentação	26,7	37,9
Moagem de cereais	10,2	13,2
Refino de açúcar	5,9	6,3
Cerveja	4,3	6,5
Vestuário	15,9	17,5
Chapéus	3,8	2,5
Mobiliário	3,3	2,4
Edificação	1,2	0,4
Aparelhos de transporte	6,4	2,8

Fonte: Lobo (1978: 606).

Para Cano (1998: 262) a alta diversificação da indústria do Rio de Janeiro demonstrava a existência de alguns múltiplos e frágeis segmentos industriais que atendiam o mercado local, contrariamente à indústria paulista que, durante os anos 1920, “havia consolidado um perfil industrial orientado para os setores mais novos e tecnologicamente mais adiantado” (Melo e Considera, 1986: 113).

Os efeitos da crise cafeeira local e os provocados pela Primeira Guerra Mundial agravaram sobremaneira a condição financeira e de acumulação da indústria fluminense, fazendo com que, após o interregno bélico, São Paulo já começasse a consolidar sua posição de principal centro industrial do país (Cano, 1998; Versiani, 1993; Pignaton, 1977; Melo e Considera, 1986).

Assim, a partir de então, como atestam Melo e Considera (1986: 423), a trajetória do desenvolvimento industrial carioca “processou-se num caráter subordinado, isto é, como uma estrutura complementar à indústria paulista”. Em bem pouco tempo, a indústria local perdeu parte de seu mercado (interno) para a concorrente paulista, inclusive nos setores em que era considerada hegemônica.⁹ Nos anos 1920, a indústria do Rio de Janeiro já operava a custos mais elevados que as sediadas em território paulista, e assim, “na medida em que avançava o processo de integração do mercado nacional, a indústria fluminense é substituída pela paulista até no próprio mercado local” (Melo e Considera, 1986: 424).

Em fins da década de 1920, São Paulo respondia por 35% do PIB industrial nacional, enquanto o percentual do território do Rio de Janeiro girava em torno de 27%, sendo que a parcela do Distrito Federal era de aproximadamente 21%. Como salientam Melo e Contreras (1988: 424), cabiam ao interior fluminense 6% da produção nacional, que, a título de comparação, era um percentual similar ao de Pernambuco.

Apesar dessas perdas, o Rio de Janeiro sustentou-se como o segundo espaço da indústria brasileira, mantendo posição central em diversos ramos. Deve ficar claro que o processo de perdas do Rio de Janeiro teve um caráter *relativo*, não significando uma derrocada *real*. Sua estrutura produtiva manteve a trajetória de expansão e diversificação, não havendo de modo generalizado qualquer movimento que indicasse encolhimento real da produção.

Sem minimizar as dificuldades enfrentadas pela produção regional, devemos considerar que suas perdas são em boa medida resultantes do processo de concentração da produção industrial em São Paulo. O Rio de Janeiro, à semelhança de outras economias regionais, se modernizava, porém a taxas inferiores à média nacional. O número de operários na indústria paulista cresceu 10,7% entre 1907-1919. Para o Brasil, essa taxa foi de 4,5% e, para o Rio de Janeiro (cidade e estado), de 3,5% (Versiani, 1993: 80).

Cano (1998: 260) enfatiza que “a região teve (...) excelentes condições para desenvolver um setor industrial mais amplo. Entretanto, algumas ressalvas devem ser feitas para demonstrar que essa aparente excepcionalidade teve contra si uma série de fatos que atenuaram sua capacidade germinativa”, entre as quais destaca as “deficientes condições de operação e acumulação da economia escravista cafeeira e as políticas cambial e tarifária que não favoreceram a industrialização mais decisiva” (Cano, 1998: 261).

Lessa (2000: 99) correlaciona a perda relativa da hegemonia econômica local à derrocada de sua cafeicultura. Mostra que os interesses industriais do Rio

não entravam em competição com o interesse de outras unidades territoriais do país. Para o autor, pelo fato de estar voltado para o “pensar político nacional”, e de sua “base produtiva ser de alto interesse nacional”, o seu favorecimento não entrava em competição com interesses de outras regiões.

Pignatton (1977: 148) sinaliza que a posição de liderança do Rio de Janeiro na “industrialização” brasileira ocorreu paralelamente à constituição de sérios entraves estruturais. O maior desses entraves seria a herança escravista, pois a utilização de trabalho compulsório impediu a consolidação de uma acumulação em bases concretamente capitalistas.

Para Melo e Considera (1986), o primeiro momento do processo de crescimento industrial do Rio de Janeiro ocorreu entre 1880 e 1930. Assim como Cano (1998 e 2002), esses autores entendem que a decadência da cafeicultura fez com que o dinamismo industrial se arrefecesse. Eles enfatizam que esse crescimento industrial local pôde ser “quase que autônomo” devido ao elevado gasto público que ocorria em sua economia.

Por sua vez, Leopoldi (1986) expõe que o setor secundário da economia carioca dividia-se em três áreas – manufatura, extrativa e construção civil –, resalta a fragilidade do setor de transformação, e destaca que a indústria era, como um todo, muito diversificada. Essa característica seria determinante para a fragilização da indústria local. Para a autora, a derrocada da cafeicultura não é suficiente para explicar o “retrocesso” industrial local, pois justamente nas décadas de 1880 e 1890 – quando se acentuou a crise no setor primário fluminense – o Rio de Janeiro se consolidou como principal posto comercial e financeiro do país. Acrescenta que o advento da República confirmaria sua posição de centralidade político-administrativa, que através de reformulações na política econômica da época fomentaram e deram bases para a industrialização local.

Sublinha-se que todo o setor primário fluminense estava extremamente fragilizado, e não apenas a cafeicultura. Uma das resultantes dessa fragilidade era a necessidade de se recorrer a outros mercados produtores para o abastecimento regional. Isso se convertia em fonte de “vazamentos” de renda para outras unidades do país (Lobo, 1978). Essa situação comprometia o processo de acumulação fluminense, pois além de criar “vazamentos”, propiciava um nível mais elevado no custo monetário da cesta de consumo de sua população. Essa elevação implicava um nível salarial interno maior que o observado em outras economias do país.

Lobo (1978) acrescenta que a fragilidade da atividade agrícola respondia, em parte, pela acentuada terceirização do mercado de trabalho fluminense. A combinação de debilidade agrícola com forte presença dos setores público,

mercantil e financeiro transformou a economia regional na mais urbanizada do país, o que na época não se convertia em nenhuma vantagem.

Grande parte de sua população ocupada estava concentrada em atividades terciárias, especialmente na burocracia estatal e em serviços gerais. Para finalizar, destacamos que o censo demográfico de 1919 mostra que 61,6% da população ocupada estavam alocados em atividades do setor de serviços, sendo que 15% em serviços domésticos. “A inexpressiva atividade manufatureira fez do emprego regular um contrato raro no tecido social urbano do Rio” (Lessa, 2000: 172). O trabalho assalariado “esteve presente, além das poucas manufaturas, nas ferrovias, nas companhias de transporte urbano, nos contratistas de serviços públicos e na estrutura militar. (...) na Polícia Militar, no Exército e na Marinha”.

4. Considerações finais

O artigo apresentou em linhas gerais o processo de formação econômica da região correspondente ao atual estado do Rio de Janeiro, destacando a dinâmica de desenvolvimento dos principais setores de sua estrutura produtiva e de serviços que responderam pela constituição da posição central da cidade do Rio de Janeiro na economia nacional.

A análise do texto abarca três momentos específicos da formação econômica regional: 1) a inserção regional nos primeiros fluxos importantes da economia colonial; 2) a organização e estruturação urbana do território durante o século XIX, ensejada pelas transformações políticas vivenciadas pelo Brasil, pelo advento da cultura cafeeira e pelas atividades de vanguarda da indústria nacional; 3) a etapa inicial de consolidação do processo de perdas de participação relativa na economia nacional durante as primeiras décadas do século XX.

Pelo exposto, torna-se evidente a importância das atividades manufatureiras, burocrático-administrativas, mercantis e agrícolas na conformação e organização do espaço fluminense, o que é exemplificado pela acentuada assimetria historicamente observada na distribuição da renda estadual pelo seu território.

Esses setores foram capazes, cada qual em seus períodos, de capitanear o processo de desenvolvimento econômico regional e de constituição do Rio de Janeiro como um dos espaços centrais da economia brasileira, porém se mostraram incapazes de formar uma malha produtiva regional melhor distribuída territorialmente, o que poderia contribuir sobremaneira para a redução de vários problemas enfrentados pelo espaço metropolitano regional.

Notas

1. O estado do Rio de Janeiro possui cerca de 44.000 km², cerca de 0,5% do total nacional.

2. Ver CIDE (2006), IBGE (2006) Silva (2004), Oliveira (2003) e Natal (2001).

3. Vale assinalar que essa “centralidade” se refere, no âmbito deste trabalho, à importância e ao papel que a estrutura produtiva e de serviços carioca alcançou no equivalente nacional, que oscila entre a primazia e a complementaridade, dependendo do setor e do período histórico analisado.

4. Sobre o papel da cafeicultura no processo de formação econômica do país, ver Furtado (2000) e Cardoso de Mello (1998).

5. A separação facilitou o controle e a administração da cidade e, no longo prazo, se mostrou um tanto negativa para o interior. Basta apontarmos, a título de exemplo, que a derrocada cafeeira não foi vista como um problema “regional”, até porque a cidade em quase nada foi afetada por este processo (Lessa, 2000: 123).

6. Segundo Oliveira, o capital hegemônico nesse período era o comercial e a cidade era a sua sede por excelência. O autor destaca que “é esse caráter de sede do capital comercial que responde, na maioria dos casos, pelo caráter que a urbanização toma, por exemplo, no Brasil Colônia e depois (...) no prosseguimento da expansão da agricultura de exportação sob a égide do café até o final dos anos 20”. Lessa (2000: 122), por sua vez, destaca que “o dinamismo da cidade

do Rio de Janeiro não é explicável pelo do interior. O Rio explica o interior fluminense, no sentido de que o patamar propulsor e mantenedor do café fluminense foi o capital mercantil nacional sediado no Rio”.

7. “As exportações que eram realizadas através de pequenos portos no litoral fluminense foram canalizadas para a capital. Com isso, a região sul do estado – Parati é um bom exemplo –, onde as atividades portuárias tinham se expandido à época da mineração, regredido e tomado impulso novamente com o café, entrou em decadência. A região de Campos, com a ligação ferroviária, passou a enviar o açúcar para a capital, o que conduziu à decadência a cidade de Macaé, por onde se escoava grande parte da produção açucareira da região. Petrópolis desenvolveu-se como cidade de veraneio, evoluindo posteriormente para atividades industriais. No Vale do Paraíba, formaram-se novos núcleos urbanos nos entroncamentos ferroviários. A influência da capital aumentou no sul do Espírito Santo, em Minas Gerais e no Vale do Paraíba paulista” (Pignaton, 1977: 141).

8. Cerca de um quarto dos residentes locais eram estrangeiros, notadamente portugueses.

9. “Já na Primeira Guerra o mercado do Rio de Janeiro passou a ser abastecido pela indústria paulista em gêneros alimentícios e tecidos” (Pignaton, 1977: 150).

Referências bibliográficas

- ABREU, M. A. 2006. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPP.
- AJARA, C. 2006. “Configurações econômico-espaciais no Estado do Rio de Janeiro”, em IBGE. *A ENCE aos 50 anos: um olhar sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBGE.
- CANO, W. 1998. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. (Série 30 Anos de Economia, n. 1.)
- . 2002. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. 1ª ed. Campinas, Unicamp.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. 1998. *O capitalismo tardio*. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. (Série 30 Anos de Economia, n. 4.)
- CIDE. 2006. *Anuário Estatístico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Fundação CIDE (CD-ROM.)
- DAVIDOVICH, F. R. 2000. “Estado do Rio de Janeiro: singularidade de um contexto territorial”. *Revista Território*, Rio de Janeiro, n. 9, jul-dez.
- FERREIRA, M. M. 1990. “Industrialização no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise”, em *Anais do 18º Encontro Nacional de Economia (ANPEC)*, p. 1.281-1.308.
- FREIRE, A. O. G.; SARMENTO, C. E. & MOTTA, M. S. (org.). 2001. *Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FGV.
- FURTADO, C. 2000. *Formação econômica do Brasil*. 27ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Publifolha. (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.)
- IBGE. 2006. *Contas regionais do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE. (Série Contas Nacionais.)
- LEOPOLDI, M. A. P. 1986. “Crescimento industrial, políticas governamentais e organização da burguesia: o Rio de Janeiro de 1844 a 1914”. *Revista do Rio de Janeiro*. Niteroi, UFF, vol. 1, n. 3.
- LESSA, C. 2000. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro, Record. (Coleção Metrôpoles.)
- LEVY, M. B. 1994. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- LIMONAD, Ester. 1996. *Os lugares da urbanização: o caso do interior fluminense*. São Paulo, Universidade de São Paulo, FAU (Tese de Doutorado).
- LINHARES, M. Y. L. & LEVY, M. B. 1971. *Aspectos da história social e demográfica do Rio de Janeiro (1808-1889)*, mimeo.
- LOBO, E. L. 1978. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, vols. 1 e 2.
- . 1980. “Economia do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX”, em *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro, Campus.
- MELO, H. P. 1992. “A lenta agonia do café no Rio de Janeiro”, em *Anais do XX Encontro Nacional de Economia (ANPEC)*, Campos do Jordão, SP.
- . 1996. “O café e a economia fluminense – 1889/1920”, em SILVA, S. & SZMRECSÁNYI, T. *História econômica da Primeira República*. São Paulo, Hucitec-Fapesp.

- . 2001. “A trajetória da industrialização do Rio de Janeiro”, em FREIRE, A. O. G.; SARMENTO, C. E. & MOTTA, M. S. (org.). 2001. *Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FGV.
- MELO, H. P. & CONSIDERA, C. M. 1986. “Industrialização fluminense – 1930-1980”. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, UFF, vol. 1, n. 3.
- MELO, H. P. & CONTRERAS, E. C. 1988. “A trajetória desigual do desenvolvimento econômico fluminense”, em *Anais do XVI Encontro Nacional de Economia*. Belo Horizonte, MG, dezembro.
- NATAL, J. L. 2001. *O estado do Rio de Janeiro no limiar do século XXI: história, diagnóstico e perspectivas de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Ippur-UFRJ (relatório de pesquisa).
- OLIVEIRA, F. J. G. 2003. *Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense*. São Paulo, Universidade de São Paulo, FFLCH (Tese de Doutorado).
- OLIVEIRA, F. 1982. “O Estado e o urbano no Brasil”. *Espaço & Debates*, n. 6, jun-set.
- OSORIO, M. 2005. *Rio nacional Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense*. Rio de Janeiro, Senac Rio.
- PIGNATON, A. A. G. 1977. “Origens da industrialização no Rio de Janeiro”. *Revista Dados*, n. 15.
- SANTOS, A. M. P. 2003. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FGV.
- SILVA, R. D. 2004. *Rio de Janeiro: crescimento, transformação e sua importância para a economia nacional (1930-2000)*. Campinas, Unicamp (Dissertação de Mestrado).
- SUZIGAN, W. 2000. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo, Hucitec, Unicamp. (Economia & Planejamento, n. 40. Série “Teses e Pesquisas”, n. 24.)
- TANNURI, L. A. 1981. *O encilhamento*. São Paulo, Hucitec.
- TAUNAY, A. E. 1943. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café.
- TAVARES, M. C. 2000. “Império, território e dinheiro”, em FIORI, J. L. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes.

Resumo

Este artigo analisa as etapas iniciais do processo de formação da economia fluminense, destacando a dinâmica de integração regional nos fluxos econômicos brasileiros. Objetiva-se demonstrar em linhas gerais a constituição do Rio de Janeiro como espaço central para a economia e a política brasileiras. Para tanto, focamos a evolução urbana e a estruturação de sua base produtiva, entre o século XVIII e as primeiras décadas do século XX. Nesse período, a região vivenciou dois movimentos opostos: a consolidação de sua liderança na economia nacional e a fase inicial do processo de perdas relativas no produto nacional.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, urbanização, desenvolvimento econômico

Abstract

The article analyses the initial stages of the *fluminense* economy, highlighting the regional integration process in Brazilian economic flows. Its purpose is to examine Rio de Janeiro as a central space for Brazilian economy and politics. Therefore, the urban evolution and the productive structure building, between XVIII century and the first decades of XX century, are studied. In this period, the region lived two opposing movements: the leadership consolidation in national economy and the initial phase of the process of relative losses in the national product.

Key words: Rio de Janeiro, urbanization, economic development

Résumé

Cet article analyse les étapes initiales du processus de formation de l'économie *fluminense*, soulignant la dynamique d'intégration régionale à l'économie brésilienne. Le but est de montrer la centralité de la constitution de Rio de Janeiro en tant qu'espace central de l'économie et de la politique brésiliennes. Pour ce faire, nous abordons l'évolution urbaine et la structuration de sa base productive du XVIIIème siècle aux premières décennies du XXème siècle. Dans cette période, la région a été marquée par deux mouvements contraires: la consolidation de son *leadership* économique au plan national et début de ses pertes relatives par rapport au produit national.

Mots-clés: Rio de Janeiro, urbanisation, développement économique